

Avaliação educacional: velhos embates, novas disputas

Luana Ferrarotto¹

 <https://orcid.org/0000-0002-2861-2127>

Marta Fernandes Garcia²

 <https://orcid.org/0000-0002-3957-746X>

Jean Douglas Zeferino Rodrigues³

 <https://orcid.org/0000-0002-0071-4340>

Manuela Terrasêca⁴

 <https://orcid.org/0000-0001-7726-9874>

Discutir avaliação educacional exige compreender as contradições e as disputas que a cercam, bem como seus entrelaçamentos com políticas públicas, trabalho docente, formação de professores(as), gestores(as) e estudantes. Afinal, como afirmam Freitas *et al.* (2014, p. 18), “[...] a escola encarna funções sociais que adquire do contorno da sociedade na qual está inserida (exclusão, submissão - por exemplo) e encarrega os procedimentos de avaliação, em sentido amplo, de garantir o controle da consecução de tais funções”.

Dada a relevância do tema, os(as) pesquisadores(as) do Grupo Avaliação e Relações Escolares (Ares), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), juntamente com a professora Manuela Terrasêca da Universidade do Porto - Portugal, organizaram esta seção temática que debate a avaliação educacional. O objetivo de tal seção temática foi abordar a avaliação educacional como categoria central da organização do trabalho pedagógico (Freitas, 1995) e que pode servir a diferentes propósitos, o que a faz ser disputada por antagônicos projetos de sociedade e grupos de interesse. Desse modo, a seção temática ficou constituída por 18 artigos e 4 ensaios, um deles de autores(as) brasileiros e os outros de autores(as) internacionais que abordam a avaliação educacional em seus 3 níveis: a avaliação de sala de aula, a avaliação externa em larga escala e a avaliação institucional (Freitas *et al.*, 2014).

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Bragança Paulista: luanafefferarotto@ifsp.edu.br

² Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Cubatão: martagarcia@ifsp.edu.br.

³ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Campinas: jean.zefer@ifsp.edu.br.

⁴ Universidade do Porto, Porto – Portugal: mterraseca@gmail.com.

Artigos relacionados à avaliação da aprendizagem em sala de aula

A avaliação que ocorre em sala de aula é de responsabilidade do(a) docente e tem como propósito, em uma perspectiva formativa, promover as aprendizagens de estudantes e professores(as) (Villas Boas, 2011). Apesar de ter uma face mais conhecida, ou seja, sua realização a partir de instrumentos formais, como provas e trabalhos, é preciso considerar, também, o seu lado informal. A avaliação informal ocorre no dia a dia, permeando as relações em sala de aula estabelecidas entre docentes e discentes e entre os próprios estudantes. Refere-se aos juízos de valores do(a) professor(a) que acabam por se fazerem presentes a partir de olhares, comentários e opções metodológicas que possibilitam, ou não, o acesso ao conhecimento (Freitas *et al.*, 2014). No mesmo sentido, Hadji (2001) reforça que o juízo professoral se relaciona a elementos do contexto escolar e social, passando por aspectos emocionais e por representações pessoais sem nenhum embasamento científico.

A avaliação é tema relevante no campo da educação dada sua relação com o sucesso e o fracasso escolar e com a qualidade do processo educativo. Ainda assim, pesquisas demonstram que a avaliação educacional não ocupa lugar privilegiado na formação de professores(as) (Ferrarotto; Garcia, 2024; Villas Boas; Soares, 2016;), sendo pouco estudada e debatida, sobretudo na intersecção de seus três níveis (aprendizagem, externa em larga escala e institucional). O foco, quando a temática está presente nos currículos, recai sobre a dimensão técnica, em detrimento da política, da teórica e da ética.

Com essa preocupação, o artigo “Elementos que dificultam a aprendizagem em avaliação: a visão de futuros professores de cursos de pedagogia”, dos autores Paulo Garcia e Carlos Alexandre Felício Brito, coloca em cena a relação entre avaliação educacional e formação de professores(as), apresentando a experiência do estágio formativo exclusivo em avaliação e os fatores que dificultam a sua aprendizagem na visão de estudantes de cursos de Pedagogia da região do grande ABC Paulista. De acordo com a pesquisa desenvolvida pelos autores, modos alternativos de processos avaliativos ancorados em uma concepção formativa são pouco utilizados por docentes de cursos de licenciatura, o que dificulta ainda mais a aprendizagem da avaliação inclusiva, democrática e comprometida com a promoção de aprendizagens e sucesso escolar.

Com o objetivo de investigar e compreender a prática avaliativa desenvolvida na escola Educandário Humberto de Campos, o artigo intitulado “Construção de uma avaliação de viés formativo: a experiência do Educandário Humberto de Campos em análise”, de Beatriz Vasconcelos e Luana Costa Almeida, revela limites e potencialidades de uma ação coletiva comprometida com a formação integral de seus estudantes, permitindo a reflexão dos movimentos avaliativos empreendidos. A experiência analisada chama a atenção em função das ações e engajamento dos atores da escola na busca pela promoção de aprendizagens. A investigação, desenvolvida a partir da pesquisa documental de documentos da escola e outros relacionados ao processo pedagógico realizado em sala de aula, identificou três movimentos adotadas pelo coletivo como instrumento de documentação e avaliação: (1) os círculos pedagógicos e os processos de autoavaliação; (2) a tutoria e os espaços dialogados na avaliação da aprendizagem; e (3) os conselhos de classe coletivos. A pesquisa nos permite perceber marcas avaliativas que estão circunscritas em um viés de avaliação formativa, comprometidas com aprendizagens, diálogo, participação e reflexão/elaboração coletiva na busca pela transformação da cultura avaliativa.

O artigo “Apropriação dos resultados das avaliações da aprendizagem para fins de reorientação da prática pedagógica”, de Valderlice Rosa de Souza e Regilson Maciel Borges, é fruto de uma dissertação de mestrado defendida na Universidade Federal de Lavras, a qual buscou compreender como um grupo de professores(as) de duas escolas estaduais do município de Pouso Alegre, em Minas Gerais, utilizavam os resultados das avaliações da aprendizagem. Vale pontuar que as escolas estão inseridas em contextos diferentes: enquanto uma está localizada na região central da cidade, a outra pertence a um bairro da periferia. A autora e o autor coletaram os dados, tendo por base um questionário aplicado em sete professores(as), em geral, experientes no magistério, com o objetivo de compreender concepções, práticas e usos da avaliação. De maneira geral, os resultados apontaram que boa parte dos participantes tinha a intenção de garantir aprendizagens, mas esbarravam em dificuldades que iam desde pouco conhecimento sobre avaliação formativa até um sistema educacional burocrático e engessado. Ainda, a maioria considerava a avaliação como um apêndice, algo que se realiza apenas ao final de um processo, de uma etapa de ensino, sendo um meio para medir e distinguir quem é “bom” de quem é “ruim”.

A esse respeito, muito bem argumentam Freitas *et al.* (2014), sobre a necessidade de superar uma visão linear do processo pedagógico e apresentam uma forma alternativa de organizar o trabalho pedagógico em sala de aula. Desse modo, o processo de ensino-aprendizagem fica organizado em duas grandes categorias interligadas: objetivos/avaliação e conteúdo/método e, portanto, a avaliação não acontece no final do processo, mas a todo momento, seja de forma consciente ou não, o que reforça a necessidade de uma formação de professores(as) preocupada com a aprendizagem teórica e prática da avaliação educacional.

Também fruto de uma dissertação, o artigo “A avaliação da aprendizagem em Matemática no olhar de professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental de um município do nordeste brasileiro”, de Layla Raquel Barbosa Lino e Rossano André Dal-Farra, traz uma contribuição importante, ao investigar concepções de avaliação de cinco professores(as) de matemática, com formação inicial diferenciadas. A entrevista foi a técnica utilizada para coletar os dados; e a análise de discurso, para examiná-los. De maneira geral, os resultados apontam que, apesar de alguns professores(as) sentirem certa dificuldade em definir avaliação, o desejo em contribuir com a formação dos estudantes e desenvolver um processo avaliativo formativo estava presente. Os entrevistados pontuaram que buscam atender o disposto nos documentos oficiais, assim como realizar adaptações em suas práticas avaliativas ao longo do processo educacional desenvolvido nas salas de aulas, levando em consideração, também, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), o que demonstra a influência das avaliações externas no cotidiano escolar.

Com foco na legislação e na formação de jovens e adultos, o artigo “Avaliação das aprendizagens na educação de pessoas jovens, adultas e idosas de acordo com as diretrizes federais e estaduais”, de André Henrique Schneeberger, analisa as diretrizes e as recomendações contidas em documentos legais em nível federal e estadual (Santa Catarina) referentes à avaliação das aprendizagens na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Trata-se de uma pesquisa documental que se debruçou sobre a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, as Diretrizes Operacionais para a EJA, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e resoluções e portarias do Estado de Santa Catarina. Para a análise dos dados, foram empregados procedimentos da análise de conteúdo, o que resultou na elaboração de quatro categorias profundamente discutidas no texto: Princípios da avaliação das aprendizagens; Função da

avaliação das aprendizagens nos documentos orientadores; A prática avaliativa alinhada às diretrizes educacionais; e Especificidades da avaliação na EJA. O artigo representa uma contribuição para a área da educação e da avaliação, ao focalizar o debate numa modalidade de ensino que pouco espaço ocupa nas legislações, sobretudo na BNCC.

O artigo “Um estudo da aplicação de uma Prova-Escrita-em-Fases de Matemática no Ensino Fundamental”, de Gabriel dos Santos e Silva e Jessica Aparecida Borssoi Zanquim, mostra resultados parciais de um projeto desenvolvido pelo Grupo Estudo e Pesquisa em Educação Matemática e Avaliação (GEPEMA), de uma universidade pública do Paraná, intitulado “O uso da prova-escrita-em-fases como recurso à aprendizagem na Educação Básica e no Ensino Superior”. O texto focaliza o resultado da aplicação desse instrumento no Ensino Fundamental, analisando as produções escritas de um estudante do 7.º ano, o qual havia respondido todas as intervenções propostas pela professora. Trata-se de um estudo com abordagem qualitativa, que lançou mão da análise de conteúdo para compreender amplamente todas as produções escritas de um mesmo aluno em todas as fases do instrumento. As produções escritas do estudante, bem como as intervenções da professora, são apresentadas no corpo do texto, com a intenção de evidenciar o diálogo estabelecido entre ambos, bem como o processo de aprendizagem ocorrido. A pesquisa é relevante, ao dar ênfase na proposição de um instrumento de avaliação concebido como recurso para implementar um processo avaliativo como prática de investigação e como oportunidade de aprendizagem, em que os estudantes tenham a oportunidade de resolver uma mesma prova em diferentes momentos, podendo repensar suas resoluções ao longo desse processo. Está, desse modo, em consonância com a discussão feita por Luckesi (2011) sobre a importância dos instrumentos de coleta de dados para a avaliação. Para o autor, a avaliação implica, sobretudo, tomadas de decisão, e estas devem estar embasadas em dados relevantes, que traduzam o estado de aprendizagem efetivo dos(as) alunos(as). Para tanto, são necessários instrumentos bem elaborados bem como uma prática avaliativa comprometida com um *feedback* substancial que auxilie o estudante a se autorregular e avançar (Villas Boas, 2011).

O ensaio “Principios de procedimiento subyacentes a la conceptualización de la evaluación transformativa/formativa Venezolana”, de Eva Pasek de Pinto, da Universidad Nacional Experimental Simón Rodríguez - Venezuela, indica cinco princípios procedimentais que podem contribuir para o professor(a) refletir e conduzir um processo avaliativo transformador em sala de aula, segundo o estabelecido pelo Ministério do Poder Popular para a Educação da

Venezuela. Para inferir os princípios, a autora empreendeu uma revisão da literatura que iniciou com a pedagogia crítica, passando pela definição de avaliação transformadora e sua conexão com a avaliação formativa. São eles: (1) Planejar o processo de avaliação formativa em sala de aula; (2) Monitorar continuamente os processos de aprendizagem; (3) Fornecer *feedback* oportunamente durante o processo de aprendizagem; (4) Assumir o erro como inerente ao processo de aprendizagem e (5) Promover a participação ativa do estudante, família e comunidade. Os princípios são entendidos como estratégias que permitem ao(à) docente planejar, organizar e desenvolver suas ações em sala de aula ao longo do processo de ensino-aprendizagem, comprometidos(as) com uma avaliação transformadora e formativa.

Contribui ainda para o debate acerca da avaliação da aprendizagem em sala de aula, o ensaio de David Herrera Araya, da Universidade de Santiago - Chile, denominado “Transformar las prácticas evaluativas en el aula: hacia una descentralización evaluativa para la participación de estudiantes”. O autor defende a descentralização da avaliação como possibilidade de transformar as práticas avaliativas nas escolas que deixam de ser pautadas por aspectos quantitativos e classificatórios e passam a ser concebidas como espaço de conhecimento, de modo a proporcionar processos avaliativos justos e reflexivos. A descentralização avaliativa consiste, segundo Araya, na coavaliação, avaliação entre pares e autoavaliação, para construir uma nova cultura de avaliação, privilegiando o processo das aprendizagens, bem como as interações, a cooperação e o diálogo. O autor ressalta, ainda, que o enfoque compartilhado da avaliação se sustenta na perspectiva de avaliação para aprendizagem e avaliação como aprendizagem, contemplando-a em um sentido socioconstrutivista. A partir das interações, a avaliação pode articular teoria e prática e, ainda, promover a formação de sujeitos conscientes de si e de suas aprendizagens.

Artigos sobre as avaliações externas em larga escala

Além de artigos que contemplam a avaliação da aprendizagem em sala de aula, esta seção temática contém artigos que se destinam a debater a avaliação externa em larga escala. Esse nível da avaliação é assim chamado por ser um instrumento avaliativo elaborado externamente à escola, cuja aplicação contempla ampla gama de sujeitos (Durlji; Schneider, 2011) e reúne dados para a (re)elaboração de políticas públicas (Freitas *et al.*, 2014). O Sistema

de Avaliação da Educação Básica (Saeb) exemplifica este nível da avaliação educacional. Estas avaliações, conforme afirmam Durli e Schneider (2011), adentraram o Brasil, sobretudo na década de 1990, com o advento neoliberal e o movimento de reestruturação do Estado, caracterizado por mudanças na provisão, na administração e no gerenciamento dos serviços públicos. Assim, “[...] a intervenção do Estado na condução das políticas educativas, a partir de então, ascende a novo *status*, qual seja: o de regular a eficiência e a eficácia dos sistemas de ensino públicos, fazendo emergir novos modos de regulação” (Durli; Schneider, 2011, p. 171).

A reorganização gerencial da escola ressignificou as relações escolares sob a orientação de uma racionalidade economicista (Laval, 2004). Conseqüentemente, instrumentos como a responsabilização (*accountability*) entram em cena, articulando iniciativas gerenciais às avaliações externas em larga escala, incorrendo numa série de repercussões na organização do trabalho pedagógico, dentre as quais se destacam: pressão na e da equipe gestora por maiores resultados no testes padronizados; treinamento e ensino baseado nos descritores destas avaliações; estreitamento curricular; descontextualização do processo de ensino e objetificação discente decorrente da padronização; conflitos e diluição da coletividade no interior da escola; desânimo e frustração com a carreira docente; redução da autonomia; dentre outras repercussões que circundam os processos de responsabilização (Au, 2011; Menegão, 2016; Ravitch, 2011; Rodrigues, 2020).

Nessa perspectiva, o ensaio “Usos (e abusos) da performatividade: por um gestor escolar “anti-herói”, de Sanny Silva da Rosa, Marco Wandercil da Silva e Alessandra Cristina M. de Paiva Pereira, reflete o papel de “herói”, atribuído aos(as) gestores(as), a partir das reformas escolares orientadas pelo gerencialismo e performatividade. As autoras evidenciam as mudanças do Estado, o advento da Nova Gestão Pública e as transformações da educação, baseadas nas reformas orientadas por tais políticas. No entanto, é na caracterização do gestor como “herói cultural” que se encontra a principal contribuição do artigo. Amparadas na tese de que os(as) gestores(as) escolares são responsabilizados(as) por operar as tecnologias gerenciais e performáticas, ao buscar o controle e a formação das subjetividades docentes, o texto explora os diversos instrumentos a que a Nova Gestão Pública recorre para perseguir tais objetivos.

Também sobre as articulações entre avaliação externa e perspectivas economicistas, o artigo “Avaliação em larga escala e qualidade da educação: uma análise das ações planejadas por municípios do oeste catarinense”, de Ricardo Hack e Camila Regina Rostirola, analisa as ações

planejadas por três municípios do oeste catarinense com alto Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) nos anos iniciais do ensino fundamental. Ao realizarem uma pesquisa bibliográfica e documental, embasada nos documentos nacionais e nos Planos Municipais dos municípios selecionados, os autores identificaram que as ações planejadas demonstram preocupação com a melhoria do Ideb, de modo a supervalorizar esse indicador, na direção de uma concepção empresarial de qualidade da educação.

O artigo “Políticas de Avaliação (externa) da Educação não superior no Brasil e em Portugal”, de Vanessa R. Peluchen Camargo, analisa as experiências de avaliação externa da educação não superior no Brasil e em Portugal. Recorrendo a uma perspectiva metodológica comparada, a pesquisa ressalta as singularidades, as heterogeneidades e as homogeneidades dos modelos de avaliações externas adotados nos dois países. O estudo verificou traços comuns entre as experiências avaliativas de Brasil e Portugal, chamando a atenção ao processo de conformação das finalidades e dos objetivos das avaliações externas nacionais aos pressupostos da globalização neoliberal. Conforme a autora, as avaliações externas dos dois países se colocam como meios para implementar a Nova Gestão Pública, especificamente, de sistemas de *accountability*.

Já os autores Flávia Martins Vieira e Ricardo Antônio Gonçalves Teixeira, no artigo “Os fundamentos da política de *accountability* no Programa AlfaMais para a alfabetização em Goiás”, analisam os fundamentos históricos, políticos e a perspectiva de avaliação e qualidade educacional presentes no Programa AlfaMais Goiás, iniciativa da Secretaria de Estado da Educação do estado goiano. Metodologicamente, caracteriza-se como pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa, bibliográfica e documental. A pesquisa evidenciou que a política de *accountability*, implementada pelo governo de Goiás, restringe os critérios de qualidade educacional ao desempenho estudantil nas avaliações externas e induz ao estreitamento curricular das áreas de leitura e escrita. Por fim, realça a redução da autonomia das professoras e professores, no que diz respeito tanto à metodologia em sala de aula, como na escolha dos conteúdos pelos docentes.

Ainda reforçando os desdobramentos das políticas de *accountability*, o artigo “As políticas educacionais na rede estadual de ensino da Paraíba: avaliação externa, prestação de contas e responsabilização educacional (2011-2018)”, de Jonas da Silva Rodrigues e Andréia Ferreira da Silva, explora as políticas educacionais da rede estadual paraibana ao longo dos anos

de 2011 a 2018, período de implementação de processos envolvendo avaliação externa em larga escala, prestação de contas e responsabilização. O período foi marcado pela reforma da administração pública estadual, orientada pela gestão por resultados e pela contratação de organizações sociais. Ancorada no materialismo histórico dialético, a pesquisa utilizou, para coleta de dados, o levantamento bibliográfico e documental. Apresenta, ainda, a centralidade teórica do conceito de *accountability* e seus três pilares interdependentes: a avaliação, a prestação de contas e a responsabilização. Os autores revelam que a implementação do Programa de Modernização e Eficiência da Gestão de Aprendizagem na Paraíba e do sistema Sistema de Gestão de Informações da Rede Estadual de Educação da Paraíba, utilizados para monitorar o desempenho de profissionais e escolas da rede estadual, acaba por fortalecer o modelo de gestão baseado em resultados. Ao confirmarem a presença dos três pilares do sistema de *accountability* na política educacional paraibana, os autores indicam que, no período estudado, a política privilegiou a implementação de mecanismos de avaliação externa e de responsabilização, ocasionando diversas repercussões, tais como a diluição da gestão democrática, o estímulo à competição e ao individualismo, a adoção de ranqueamento das escolas e de seus profissionais e um processo de centralização das decisões dos gestores das redes de ensino e das unidades educativas.

Explorando outro viés da relação entre as políticas gerenciais e as avaliações externas em larga escala, o artigo “Avaliação das competências socioemocionais: expansão do setor privado na educação paulista?”, de autoria de Regiane Helena Bertagna, Julia Costa Faria e Gabrielly Luiza Isabela Murari, analisa a proposta de avaliação de competências socioemocionais do Instituto Ayrton Senna (IAS) e, ao mesmo tempo, apresenta um mapeamento destas avaliações nas redes estaduais de ensino da região Sudeste do Brasil. De abordagem qualitativa, o estudo recorreu à pesquisa documental, analisando fontes primárias de documentos do IAS e das diversas secretarias estaduais. O mapeamento e a análise permitiram identificar, ainda que de diferentes formas, a presença da proposta de avaliação socioemocional do IAS nos estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. No estado paulista, foi possível observar que a implementação da avaliação socioemocional e das avaliações externas em larga escala foi produto originado da reforma gerencial/empresarial adotada pelo governo estadual. A adesão a esta perspectiva tem repercutido na educação, a partir de mudanças na gestão escolar e no

currículo, neste último, inclusive, verifica-se que as competências socioemocionais têm influenciado na própria formulação do currículo estadual.

Partindo da análise da *Scholastic Assessment Test (SAT)*, uma avaliação externa em larga escala também utilizada para admissão de estudantes às universidades nos Estados Unidos, o ensaio “*New Tests, Same Old Problems: How High-Stakes Standardized Tests Have Always Reproduced Inequity*”, de Wayne Wu, professor da Universidade de Washington Bothell - Estados Unidos, parte da tese de que o teste padronizado continua reforçando e reproduzindo sua origem classista, racista, sexista e eugenista. Recorrendo a uma análise histórica, Wu oferece elementos que problematizam a origem do teste, associando suas bases aos estudos psicológicos desenvolvidos entre os recrutas do exército estadunidense da 1.ª Guerra Mundial. Tais estudos afirmavam que imigrantes ricos de pele mais clara apresentavam maior inteligência que os imigrantes pobres de pele mais escura. Essas mesmas pesquisas se orientavam pelas noções de pureza racial e superioridade ocidental. O ensaio indica que os mesmos testes foram tomados de referência para a criação do SAT e, ainda hoje, continuam reproduzindo os velhos problemas do início do século. O ensaio explora com destreza as nuances e os fundamentos dos testes padronizados nos Estados Unidos que, sob o verniz da objetividade, da neutralidade e do suposto sucesso acadêmico, ocultam seu caráter como instrumento de reprodução de uma sociedade de classes, racista, sexista e eugenista.

Diversas pesquisas têm apontado (Dale, 2004; Maués; Costa, 2020) que há um movimento de padronização das políticas educacionais que transcendem as fronteiras nacionais. Em grande medida, os organismos internacionais têm desempenhado um papel de destaque na conformação das posições que orientam as diversas reformas da educação ao redor do globo. Partindo dessa premissa, Giselle Cristina Martins Real e Jullie Cristhie Conceição apresentam o artigo de título provocativo: “Os magos da educação para a América Latina e Caribe: os professores nas orientações dos Organismos Internacionais”. A pesquisa adota como objetivo explicitar as orientações dos Organismos Internacionais (OIs) para a educação básica latino-americana, destacando o papel e as responsabilidades dos(as) professores(as) em relação ao trinômio avaliação, qualidade e aprendizagem. Para tanto, ancorou-se na pesquisa documental, considerando o período de 1995 a 2020, e a análise dos dados contou com a Teoria Fundamentada. Os resultados indicaram que os três OIs (Unesco, Banco Mundial e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) mantiveram o discurso ao longo do período

estudado de que as avaliações externas em larga escala são instrumentos para melhorar a qualidade da educação e que os sistemas educativos devem adotar mecanismos de desresponsabilização do Estado e de responsabilização dos(as) professores(as) pela baixa qualidade da educação na região.

Outro estudo, envolvendo processos de avaliação educacional e os OIs, é o artigo de Jean Douglas Zeferino Rodrigues e Luana Ferrarotto, denominado "Alinhamento e controle: as recomendações da OCDE ao Saeb". O estudo analisa o documento Reforma da Avaliação Nacional: principais considerações para o Brasil, publicado pela OCDE em 2021 e traduzido pela Fundação Lemann. Buscando identificar as principais orientações e políticas da Organização para o sistema de avaliação brasileiro, o autor e a autora, a partir da análise documental e da técnica de Análise de Conteúdo, construíram três categorias, aglutinando as concepções e as recomendações presentes no documento. As categorias ressaltaram a preocupação da OCDE para monitorar as redes de ensino; a defesa do alinhamento entre Saeb, a Base Nacional Comum Curricular e as avaliações estaduais; e a redução do tempo de retorno dos resultados das avaliações externas às escolas, a fim de repercutir no planejamento escolar e concorrer pelo controle da organização do trabalho pedagógico em sala de aula.

Ainda sobre a avaliação externa em larga escala, há artigos que integram esta seção temática, cujo foco está na análise de instrumentos. Nessa direção, o artigo "Grau de dificuldade de itens em um teste para o 9.º ano do ensino fundamental: o caso de uma avaliação externa municipal", de Carlos Henrique Delmiro, Hermínio Borges Neto e Daniel Brandão Menezes, analisa as características psicométricas de itens que compõem o Sistema de Avaliação da Educação de Canindé (SAEC), no município de Canindé-CE, sobretudo quanto ao grau de dificuldade dos itens presentes no teste de matemática direcionado às turmas de 9º do ensino fundamental. A partir de um estudo quantitativo, com pesquisa descritiva e exploratória, os autores identificaram que entre os itens analisados, de acordo com as análises estatísticas, havia diferentes graus de dificuldades, com a maioria dos itens considerados difíceis, alguns moderados e outros fáceis. A pesquisa contribui para a construção de bancos de itens, a partir dos graus de dificuldades, para serem utilizados em avaliações externas.

O artigo "Análise da resolução de problemas nos itens de Ciências da Natureza do Enem e suas implicações para a Educação em Ciências", de Alexandre da Silva Ferry, também se dedica à análise de instrumentos externos de avaliação. A partir de uma revisão de literatura, o autor

analisa como a habilidade de resolução de problemas tem sido abordada no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), no que se refere à área de Ciências da Natureza e suas tecnologias. Segundo o autor, é relevante identificar como tal habilidade é constatada em instrumentos de avaliação externa e suas relações com a educação em Ciências. Considerando os dados obtidos, o autor afirma que abordagens baseadas em resolução de problemas dizem respeito a um problema a ser resolvido e não a simples resolução de exercícios de aplicação. Destaca, ainda, que é necessário que a situação-problema seja desafiadora, contextualizada e fomente a reflexão dos conceitos envolvidos. Desse modo, a resolução de problemas pode contribuir com a aprendizagem em Ciências. Quanto aos itens fechados, presentes sobretudo em avaliações externas, é importante que sejam cuidadosamente elaborados, de modo a garantir que as respostas não sejam alcançadas por automatismos.

Outro artigo sobre o Enem é de autoria de Doris Maria Luzzardi Fiss e Bruna Betamin de Souza, com o título “Exame Nacional do Ensino Médio em questão: referência de autoavaliação ou procedimento de avaliação do sujeito?”. O artigo contempla as relações de forças nos discursos do Novo Enem que, a partir de 2009, passou a ser utilizado para acesso ao ensino superior. Com base na Análise do Discurso, fundada por Michel Pêcheux, as autoras analisam as Portarias n.º 109/2009 e n.º 807/2010 e afirmam que há um campo de disputas políticas e pedagógicas. De acordo com as pesquisadoras, o Novo Enem, que se apresentava como instrumento de autoavaliação, ganhou o discurso de exame classificador. Por conseguinte, uma nova relação é constituída entre o estudante e o Enem, já que, a partir da posição alcançada, o estudante será valorizado, ou não, em nossa sociedade capitalista hierarquizada.

Considerando a relação entre avaliação e políticas públicas, o artigo “Monitoramento e avaliação de política de educação infantil: relevância e conteúdo”, de autoria de Maria Luiza Rodrigues Flores e Sandra Zákia Lian de Sousa, apresenta os resultados de uma pesquisa qualitativa, cujo objetivo foi sistematizar dimensões e critérios que podem auxiliar no monitoramento e na avaliação da qualidade da oferta da Educação Infantil em sistemas municipais. Para tanto, foram analisados documentos, normas e legislações do governo federal e, ainda, foi realizada uma revisão da literatura sobre elementos teórico-metodológicos que podem sustentar a concepção de qualidade a ser assumida em tal processo avaliativo. A Matriz de Referência construída e proposta pelas autoras, além de subsidiar ações dos municípios quanto à avaliação da oferta da Educação Infantil com qualidade e equidade, com possíveis

adequações a partir de cada contexto, caminha na direção da promoção de diálogos acerca das políticas públicas que envolvem esta etapa da educação.

Produção sobre a avaliação institucional participativa

A avaliação institucional é aquela realizada pela própria comunidade escolar, com foco em seu Projeto Político-Pedagógico (Freitas *et al.*, 2009). A partir de diferentes olhares para a instituição e, ao orquestrar diferentes vozes, é possível que a escola olhe para si (Betini, 2009), identificando fragilidades que precisam ser superadas, bem como potencialidades que favorecem os trabalhos e devem ser valorizadas e continuadas. É este nível da avaliação educacional que permite estabelecer relações entre a avaliação da aprendizagem realizada pelo(a) professor(a) e os dados provenientes das avaliações externas. Nesse movimento, as últimas são contextualizadas e agregam novos elementos no debate acerca da qualidade da escola, em busca de sua qualidade social (Silva, 2009). Portanto, está em sentido oposto à concepção de responsabilização da escola e seus atores que ocorre quando, por uma lente mercadológica, apenas os dados externos são considerados como tradutores da qualidade institucional.

Sobre esse nível da avaliação educacional, o artigo “Avaliação institucional participativa na Educação Infantil: processos formativos docentes”, de Cristiane Ferreira Cunha Amâncio e Virgínia Cecília da Rocha Louzada, apresenta um recorte da pesquisa de mestrado de uma das autoras e analisa as possibilidades formativas da Avaliação Institucional Participativa (AIP) para docentes que atuam na primeira etapa da educação básica. A partir de pesquisas autobiográficas e narrativas de formação, problematizam-se concepções que perpassam o cotidiano escolar e suas relações com os documentos oficiais. As autoras constatarem que, embora a AIP na educação infantil ainda seja uma realidade distante, é importante realizar a reflexão coletiva sobre aspectos internos e externos à escola, bem como vislumbrar processos que podem transformar o cotidiano proporcionando às crianças práticas qualificadas. Segundo as autoras, ao longo do percurso formativo desenvolvido na instituição lócus da investigação, foi possível perceber mudanças nas práticas docentes, de modo a voltar o olhar mais para os processos do que para os resultados, com a contextualização das vivências.

Como é possível observar, a seção temática é constituída por uma diversidade de artigos que contemplam a avaliação educacional em seus três níveis e problematizam suas relações com os processos formativos de estudantes e profissionais da educação, bem como com as políticas públicas e suas reverberações na organização do trabalho pedagógico.

Esperamos que com esta seção temática o(a) leitor(a) aprimore seus estudos e reflexões e que novas possibilidades de pesquisa surjam. A complexidade da avaliação educacional faz dela um campo de pesquisa que, constantemente, precisa de investigações, de modo a analisar os embates que a circundam e os direcionamentos que, a partir dela, são realizados, os quais podem servir a projetos educacionais e societários contrastantes. Na contramão de perspectivas avaliativas a serviço de políticas públicas de cunho empresarial e meritocráticas, advogamos que a avaliação possa ser realizada, segundo a concepção de qualidade social da educação, envolvendo múltiplos aspectos que perpassam a realidade das escolas e, ainda, que promova as aprendizagens e a formação humana ampliada dos envolvidos no processo.

Referências

AU, W. Teaching under the new Taylorism: high-stakes testing and the standardization of the 21st century curriculum. *Journal of Curriculum Studies*, v. 43, n. 1, p. 25-45, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1080/00220272.2010.521261>

BETINI, G. A. *Avaliação institucional em escolas públicas de ensino fundamental de Campinas*. 2009. 394 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

DALE, R. Globalização e educação: demonstrando a existência de uma “cultura educacional mundial comum” ou localizando uma “agenda globalmente estruturada para a educação”? *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 87, p. 423-460, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302004000200007>

DURLI, Z.; SCHNEIDER, M. P. Regulação do currículo no Ensino Fundamental de 9 anos. *Contrapontos*, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 170-178. 2011. Disponível em: <<https://periodicos.univali.br/index.php/rc/article/view/2665>> . Acesso em: 02 mar. 2024.

FERRAROTTO, L. GARCIA, M. F. O lugar da avaliação nos Projetos Pedagógicos das licenciaturas em Matemática de uma instituição pública de São Paulo. *Revista Brasileira de Educação*, v. 29, e290040, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782024290040>

FREITAS, L. C. *Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática*. Campinas - SP,

Papirus, 1995.

FREITAS, L. C. *et al. Avaliação educacional: caminhando na contramão*. Petrópolis- RJ: Vozes, 2014.

HADJI, C. *Avaliação desmistificada*. Porto Alegre: Artmed, 2001.

LAVAL, C. *A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público*. Londrina: Planta, 2004.

LUCKESI, C. C. *Avaliação da aprendizagem: componente do ato pedagógico*. São Paulo: Cortez, 2011.

MAUÉS, O. C.; COSTA, M. C. S. A OCDE e a formação docente: a Talis em questão. *Revista Práxis Educacional*, Vitória da Conquista, v 16; n. 41, p. 99-124, 2020. DOI: <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v16i41.7255>

MENEGÃO, R. de C. S. G. Os impactos da avaliação em larga escala nos currículos escolares. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, PR, v. 11, n. 3, p. 641-656, set./dez. 2016. DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.11i3.0007>

RAVITCH, D. *A morte e vida do grande sistema escolar americano*. Porto Alegre, RS: Sulina, 2011.

RODRIGUES, J. D. Z. *Gerencialismo e responsabilização: repercussões para o trabalho docente*. Curitiba: Appris, 2020.

SILVA, M. A. Qualidade social da educação pública: algumas aproximações. *Cadernos CEDES*, Campinas, SP, v. 29, n. 78, p. 216-226, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622009000200005>

VILLAS BOAS, B. M. F. Compreendendo a avaliação formativa. *In: VILLAS BOAS, B. M. F. (Org.). Avaliação formativa: práticas inovadoras*. Campinas: Papirus, 2011.

VILLAS BOAS, B.M.F.; SOARES, S. L. O lugar da avaliação nos espaços de formação de professores. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 36, n. 99, p. 239-254, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/CC0101-32622016160250>

Submissão:20.05.2024.

Aprovação 23.05.2024.